

**ARTIGO PARA O XXV ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL
ANPEC**

**OS EFEITOS ECONÔMICOS DA EXPANSÃO CHINESA NO COMÉRCIO EXTERNO DO
BRASIL DURANTE O PERÍODO 2001-2019**

VITOR PIAGETTI AIMI

MESTRANDO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO PELA PUCRS

PORTO ALEGRE
2022

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise dos efeitos da inserção chinesa no comércio global durante o século XXI, notadamente as mudanças ocasionadas pela ascensão chinesa na estrutura produtiva brasileira. Para tal, atentaremos-nos às relações econômicas sino-brasileiras entre 2001 e 2019, além das mudanças ocorridas na composição do PIB e na pauta exportadora brasileira no mesmo período, usando como fonte dados secundários do comércio internacional, disponibilizados pelas Nações Unidas (UN), pelo Banco Mundial (BM), e pelos ministérios de comércio e desenvolvimento dos países envolvidos. O período histórico no qual o trabalho alicerça-se é aquele iniciado ao fim da Guerra Fria, em 1989, que ensejou um reordenamento no sistema internacional que ainda encontra-se em aberto. Novos atores ganharam influência ao aproveitarem-se de brechas que a antiga ordem deixou ao ruir enquanto outros encontram-se em crise desde então, não conseguindo uma bem-sucedida inserção em um mundo caracterizado pela globalização e intenso fluxo comercial entre nações.

Se a China tem apresentado-se como o maior case de sucesso na contemporaneidade, deixando o status de país pobre e rural para tornar-se uma superpotência global em menos de meio século, o Brasil, entretanto, tem situação diversa - sofre com o fenômeno da desindustrialização desde a década de 1980 e sua participação no comércio mundial cada vez mais restringe-se à exportação de bens primários de baixo valor agregado. É a partir do questionamento de quais condicionantes fizeram que os dois países seguissem trajetórias tão distintas no século XXI que o trabalho parte. Nossa expectativa é de que no final do trabalho possamos melhor compreender de que modo o Brasil foi afetado pelo incremento comercial que vem tendo com a China desde 2001.

Palavras-Chave: Brasil; China; Geopolítica; Século XXI; Nova Ordem Mundial.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the effects of Chinese insertion in global trade during the 21st century, notably the changes brought about by the Chinese rise in the Brazilian productive structure. To this end, we will pay attention to the sino-brazilian economic relations between 2001-2019, and the changes that occurred in the composition of the GDP and in the Brazilian export agenda in the same period, using secondary data on international trade, made available by the United Nations (UN), by the World Bank (WB), and by the trade and development ministries of the countries involved. The historical period in which the work is based is the end of the Cold War, in 1989, that gave rise for a reordering in the international system that remains open. New players emerged by taking advantage of loopholes that the old order left behind, whereas others still in a persistent crisis since, unable to do a well succeed insertion in a world constituted of constant change and intense flux between nations.

If China has been the major contemporary case of success, going from a poor country to a world superpower in less than a half century, Brazil has a different situation - the country suffers with the deindustrialization since the 1980 decade and its participation in global trade is each time more restricted to the export of commodities with low add value, which hardens the country growth. It is through the questioning of what conditions made the two countries follow such different trajectories in the 21st century that the work is supported. Our expectation is that at the end of the work we will be able to better understand how Brazil was affected by the increase in trade it had with China since 2001.

Key-words: Brazil; China; Geopolitics; 21st Century; New World Order.

INTRODUÇÃO

O mundo, tal como o conhecemos hoje, tem sua configuração político-econômica constituída a partir de eventos-chave ocorridos durante a década de 1970, notadamente o fim do sistema de Bretton Woods, em 1971, e a primeira crise do petróleo, em 1973. O desarranjo das regras monetárias internacionais instituídas ao fim da Segunda Guerra Mundial, junto ao encarecimento dos insumos energéticos fez com que o cenário da época fosse de taxas de câmbio voláteis e altos juros para frear a subida inflacionária.

Criava-se, aos poucos, um consenso de que a crise dos anos 1970 deu-se, sobretudo, a políticas econômicas expansionistas de cunho keynesiano, um pesado aparato estatal e rigidez nos gastos públicos. Concomitantemente, os controles de capital foram afrouxados, e as barreiras que impediam a livre circulação dos fatores de produção entre países diminuídas. As inovações no campo das telecomunicações a partir da década de 1980 concorreram para este cenário de maior fluxo internacional de ideias, pessoas e riqueza.

A estrutura do Estado de bem-estar social, nos países industrializados, e do Estado desenvolvimentista, nos países subdesenvolvidos, começariam a ser desmontados, dando lugar a uma lógica de austeridade fiscal e contração monetária. O desfecho da Guerra Fria, em 1989, faria encerrar de vez o antigo sistema internacional vigente. As consagradas obras “O Fim da História” (FUKUYAMA, 1992) e “A Guerra de Civilizações” (HUNTINGTON, 1996) ilustram este momento de tensão entre a esperança em um novo mundo e o medo da dissolução da velha ordem.

Paralelamente a este processo, atores internacionais antes marginalizados começariam a ganhar protagonismo. No centro deste fenômeno estava a China, que iniciava sua transição de país predominantemente rural à superpotência. Através de uma profunda reforma econômica iniciada em 1978, com as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), o país asiático constrói “ilhas de capitalismo” em cidades litorâneas, que passam a operar segundo a lógica do livre mercado. (OLIVEIRA, 2008).

Com o atrativo do baixo custo em mão de obra, a China atrai ao seu território estágios de produção de empresas transnacionais (ETN's), aproveitando, de maneira oportuna, o então nascente fenômeno cunhado de “Cadeias Globais de Valor” (CGV's), no qual, com a maior liberdade do movimento de capitais, ETN's passam a fragmentar sua cadeia produtiva em diferentes países, de acordo com a logística e o custo de produção. (OLIVEIRA, 2016).

Países subdesenvolvidos localizados no continente asiático passam a receber estágios produtivos mão de obra-intensivos, enquanto países industrializados permanecem com atividades que demandam alta tecnologia e uso intensivo de capital (GEREFFI; LEE, 2012). O país oriental passa a usar as altas somas de Investimento Estrangeiro Direto (IED) recebidas de modo estratégico para fomentar sua industrialização.

O processo chamado de “desenvolvimento para fora” fez com que a China orientasse suas indústrias à exportação, conquistando mercados externos e somando grande valor em divisas na balança comercial. A competitividade dos produtos chineses não se deu apenas devido aos baixos custos trabalhistas, mas também à moeda doméstica artificialmente depreciada. Da instituição das ZEE's, em 1978, até a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, a China cresceu a uma taxa média anual de 10%, inseriu-se no comércio internacional de modo decisivo e diversificou paulatinamente sua pauta exportadora, mostrando sucesso no plano empreendido (NONNENBERG; LEVY, 2009).

A nova divisão internacional do trabalho, não obstante tenha possibilitado a industrialização chinesa por meio da instalação de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, teve efeitos diferentes nos demais países em desenvolvimento- o Brasil, especialmente, vem experimentando o neoliberalismo de forma diversa. Desde a abertura econômica iniciada na década de 1980, o crescimento brasileiro tem sido pouco expressivo, e mesmo após ter conquistado a industrialização num rápido processo empreendido ao longo do século XX, a pauta exportadora, dominada por manufaturas até 1990, volta a ser caracterizada pelo antigo papel de fornecedora de matéria prima nesta nova divisão internacional do trabalho.

Este cenário não é exclusivamente brasileiro - duas das três maiores economias da região - Argentina e Brasil - vêm sofrendo com o fenômeno da desindustrialização (SARTI; HIRATUKA, 2010). Uma pauta exportadora caracterizada por bens primários com baixo valor agregado é problemática pois enseja um crescimento irregular aos países exportadores, além de criar uma relação de dependência àqueles que demandam as *commodities*.

Ao acumular significativas reservas internacionais, a China destina grande parte do seu excedente comercial ao financiamento da infra-estrutura interna. Os países latino-americanos vêm cada vez mais ocupando este papel de fornecedores de produtos primários ao crescimento chinês, como o minério de ferro, a soja, o cobre e o petróleo cru. Atualmente a quarta maior investidora do mundo, o país asiático tem na América Latina a segunda região com maior volume de IED's no mundo, investindo no subcontinente montante superior àquele investido na América do Norte e na Europa juntas. 90% do IED chinês na área é relacionado com a extração de produtos primários. (BARRAGAN; CASTILLO, 2017)

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A China é, indubitavelmente, o país em expansão que mais tem chamado a atenção nos últimos quarenta anos. Crescendo a taxas médias anuais de dois dígitos desde o início das reformas econômicas, em 1978, reafirma suas pretensões globais por meio de intensos fluxos de investimento a países em desenvolvimento, como sinalizado no 15 plano quinquenal chinês “*Going Global*” (2001-2005). A estratégia geopolítica do país tem tido fortes reflexos no Brasil, que, desde 2009, elenca a China como o principal parceiro comercial do país, apesar da grande distância geográfica que separa os países. Além do Brasil, Chile já tem a China como seu principal parceiro econômico, e outros cinco países latinos - Argentina, Costa Rica, Cuba, México e Peru - contam com a China como segundo parceiro comercial.

Embora as relações comerciais entre estas duas regiões já estejam bem estabelecidas na prática, o arcabouço teórico ainda está em construção, pois as dinâmicas econômicas, apesar de intensas, são recentes. Se, por um lado, a China trata sua aproximação junto à América Latina como uma relação “*win-win*”, onde atores cooperam para obter vantagens mútuas, uma crescente bibliografia aponta um sentido diverso nesta relação. A alta demanda chinesa por *commodities*, embora decisiva ao crescimento brasileiro durante a década de 2000, pode estar contribuindo para a dependência e a desindustrialização do país sul-americano. (GALLAGHER; PORZECANSKI, 2010)

Barragan e Castillo (2017) apontam a natureza controversa deste tema, indicando que, se por um lado a China fez com que o Brasil tivesse importante crescimento na primeira década do século XXI, demandando grandes quantidades de *commodities* e assegurando que seus preços permanecessem altos, a região tem cada vez mais sua pauta exportadora concentrada em um menor número de bens

primários. Com efeito, os autores afirmam que o grupo das 5 *commodities* mais exportadas à China representa 70% do total das exportações brasileiras ao país, enquanto os cinco produtos chineses mais exportados à nação - todas manufaturas - somam apenas 23% das exportações totais, mostrando a assimetria nas relações de troca.

Jakoski (2021), investigando os padrões de comércio sino-brasileiros, sugere a possibilidade de que a diminuição da indústria de transformação como percentual do produto nacional - 17,8% em 2004 para 11% em 2019 - advém da influência chinesa no balanço de pagamentos brasileiro. Medeiros (2009) sinaliza ao fato de que a China busca não apenas vantagens econômicas na América Latina, mas também ocupar o vácuo da influência americana na região. O país asiático tenta isolar Taiwan dos países latino-americanos — 12 dos 22 países da área reconhecem Taiwan como região autônoma, cooptando o subcontinente a sua esfera de influência. Yu (2015) também alerta aos objetivos geopolíticos chineses na América Latina, e Cooper (2004) chega a cunhar o termo “Consenso de Beijing”, que contrapõe-se ao “Consenso de Washington” na região.

Barbosa e Guimarães (2010), entretanto, veem a influência chinesa na área como não prejudicial aos interesses dos países. Os autores asseveram que os fluxos de investimento na região têm auxiliado o crescimento latino-americano em áreas historicamente deficitárias, como a infra-estrutura, além de ter ajudado a região a blindar-se durante a crise financeira de 2008 - o investimento chinês na América Latina cresceu 44% só em 2009, ano crítico da crise internacional. Gallagher e Porzecanski (2010) também reforçam a importância chinesa no ganho econômico e na projeção internacional latina ao longo século XXI.

A influência do recente crescimento chinês, embora bem documentada entre os países desenvolvidos, permanece pouco compreendida nos emergentes (BARRAGAN; CASTILLO, 2017). Este trabalho, logo, aproveitar-se-á de uma janela de oportunidade que surge num tema pertinente, mas ainda pouco abordado. O objetivo será o de investigar a dinâmica das relações econômicas entre China e Brasil durante as duas primeiras décadas do século XXI (2001-2019).

Para tal, analisaremos as mudanças na composição do PIB e da pauta de exportação do Brasil ao longo do período abordado, além dos fluxos de IED chineses no país, procurando revelar as mudanças que a influência chinesa possa estar trazendo à estrutura produtiva brasileira - se é possível falsear a proposição de que o crescimento chinês possa estar contribuindo à desindustrialização brasileira.

A razão do período escolhido é devido a fato de que o incremento comercial entre os atores deu-se de modo definitivo neste espaço de vinte anos, quando eventos decisivos desencadearam a China como protagonista global - a entrada do país na OMC, em 2001, e o lançamento do 15 plano quinquenal “Going Global” (2001-2005). As produções acadêmicas sobre as relações econômicas entre China e demais países emergentes têm crescido de maneira rápida. O ano de 2020 não foi incluso no trabalho devido a atipicidade do comércio internacional no período, sobretudo devido a COVID-19.

MÉTODOS

A metodologia da pesquisa será quantitativa. Os dados usados para a elaboração das análises serão, em sua maior parte, de origem secundária. Usarei informações disponibilizadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - a UNCTAD -, os quais são encontrados na seção “*statistics*” do site, que é referência em dados relativos ao comércio mundial, apresentando-os de maneira transparente e didática.

Outras fontes de importância na obtenção de dados serão o Banco Mundial (BM) e o Banco Central do Brasil (Bacen), usados para fins de obtenção de informações referentes à política monetária internacional e a aba "ComexStat" do site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), que oferece estatísticas do comércio exterior brasileiro com riqueza em detalhes.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA E CHINESA NO SÉCULO XXI

O primeiro item analisado no trabalho será o modo que Brasil e China inseriram-se no sistema internacional contemporâneo e as estratégias político-econômicas dos dois países. É importante, primeiramente, ter de maneira clara a formação do atual arranjo político-econômico da América do Sul e a ascensão chinesa à posição de *player* global.

A atual configuração da América do Sul deu-se por meio da nova aglutinação internacional propiciada ao fim da Guerra Fria, em 1989, junto a queda dos regimes autoritários em toda a região a partir da lenta abertura política empreendida ainda na década de 1970. A participação da sociedade civil nas políticas de Estado, incorporando ao *ethos* público demandas sociais reprimidas, além do reconhecimento dos direitos humanos como prioridades nacionais fez com que houvesse uma convergência de interesses políticos por todos os países que fazem parte da região.

O tratado de Assunção, assinado em 1991 pelos quatro países fundadores do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - ilustra o momento de união dos países para uma agenda compartilhada que privilegiasse a democracia, os direitos humanos e a promoção da integração regional através do comércio. Medidas econômicas impositivas como privatizações, abertura econômica e desmonte do estado desenvolvimentista ocorriam concomitante à abertura política da América do Sul, sendo o reflexo da nova fase da globalização que surgia em todo o mundo. (OLIVEIRA, 2016).

Os organismos multilaterais de comércio, especialmente os blocos econômicos regionais, começaram a proliferar-se de modo intenso a partir da década de 1990, como forma de adaptação dos países ao período de mais ampla abertura já experienciada - buscava-se uma proteção à volatilidade cambial advinda do fim de paridade dólar-ouro e a maior integração de mercados num contexto de alta circulação de mercadorias e abertura comercial (KRUGMAN, 2009). Datam desta época o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), em 1992, a União Europeia (UE), em 1993, a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em 1989, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 1992 e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991.

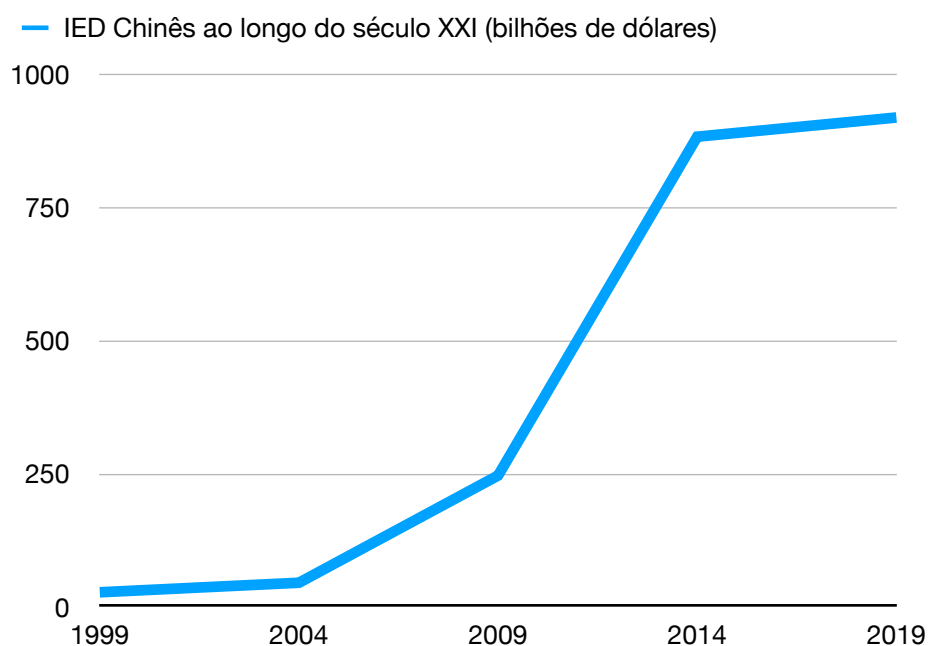
O status dos blocos econômicos mencionados variam desde a união econômica e monetária - no caso da UE - à união aduaneira - na atual situação do MERCOSUL. Embora difira o grau da integração econômica nesta classificação, o objetivo central dos blocos é ainda promover a eficiência econômica e a integração comercial.

O neoliberalismo, no entanto, foi recebido de outra forma pela China. O maior fluxo de bens e de capital fez com que muitos estágios produtivos antes locados nos países industrializados migrassem aos países emergentes, no fenômeno supracitado das Cadeias Globais de Valor (CGV). Se o subcontinente latino-americano não pode aproveitar esta janela de oportunidade que surgia no fim do século XX devido aos problemas domésticos que enfrentava - dívidas com o FMI, hiperinflação e transição política -, a China, desde a abertura das ZEE, tinha terreno propício à atração de atividades industriais dos países pertencentes ao primeiro mundo.

Com efeito, enquanto os IED's latino-americanos têm o caráter de servir aos interesses do país de origem, a China, através dos controles de movimentação de capital e pesada ingerência do Estado, fez com que os investimentos estrangeiros no país asiático servissem aos seus próprios propósitos, no que Sawaya (2016) descreve como uma aliança não subordinada da China á nova fase da globalização pós-1990, numa forma particular em lidar com o capitalismo contemporâneo.

Não apenas fatores econômicos concorreram á ascensão da China como potência mundial no século XXI - os fatores políticos também merecem a atenção. Podemos traçar a escalada de influência da China no sistema internacional ainda na década de 1970, quando há a primeira aproximação entre o país e os Estados Unidos, em uma tentativa de frear a influência soviética no continente asiático. Tal fato, na visão de Acioly (2011) é condicionante para o que futuramente viria a ser chamado de "O Milagre Chinês"

A própria ajuda ocidental ofertada a países orientais no século XX - Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong -, ao abrir seus mercados domésticos a produtos asiáticos, também é um precedente à escalada chinesa segundo Acioly, pois nas décadas seguintes, ao auxiliar a consolidação do processo de industrialização nestas economias emergentes, os novos países industrializados da Ásia, em ocasião das CGV's, optaram em transferir seus processos manufatureiros domésticos à China - país vizinho com menores encargos trabalhistas.



As medidas político-econômicas chinesas, somadas às mudanças do contexto internacional na segunda metade do século XX, fez com que rapidamente o estoque de IED no país crescesse. As divisas acumuladas foram usadas de maneira estratégica, a promover a industrialização e a urbanização da China, que, gradativamente, passou a demandar quantidades maiores de *commodities* para viabilizar a expansão de sua infra-estrutura. É deste fenômeno que as relações sino-brasileiras são forjadas - na alta demanda chinesa por bens primários, que o Brasil passou a suprir.

Os IED's realizados pela China na ocasião décimo quinto plano quinquenal "Going Global" (2001-2005) ilustram a ambição do país em conquistar mercados externos e angariar influência geopolítica. Se em 1999 o investimento externo do país era de apenas 26,9 bilhões de dólares, em uma década este valor aumentou em quase dez vezes, chegando a cifra de 246 bilhões de

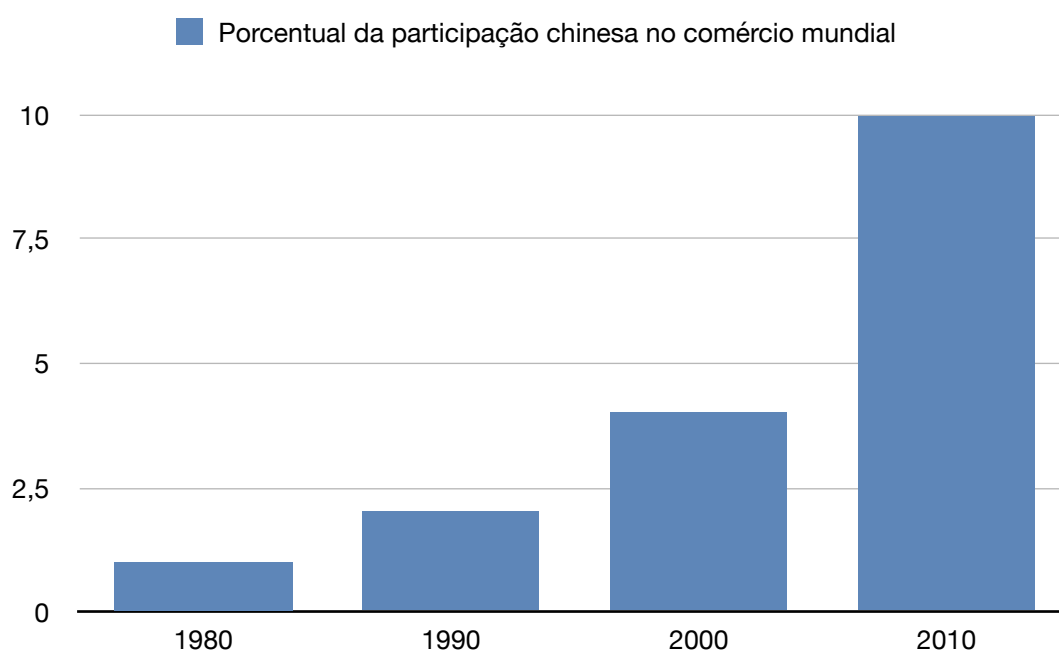
dólares em 2009. A década seguinte propiciaria um aumento ainda maior - em 2019, o investimento chinês chegou a 918 bilhões, conforme pode-se ver no gráfico acima. Isso fez com que a China se tornasse uma das maiores investidoras do mundo.

A maior participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial a partir da década de 1990 também é notória, sobretudo na exportação de manufaturas, devido ao fenômeno das CGV's. Todavia, ao analisarmos esta tendência no Brasil e na China, vemos que a situação é oposta entre os dois.

Enquanto a China seguiu a tendência global de aumento nas exportações de manufaturas, o Brasil a cada década tem uma participação menor deste tipo de produção em sua pauta exportadora - a China aumentou em oito vezes as exportações manufatureiras desde a década de 1980, enquanto as do Brasil diminuíram em 33%. A crescente participação dos países emergentes nas exportações de manufaturas é tal que em 1980, 14,2% das exportações de manufaturas provinham de países emergentes. Em 1990, este número aumentou para 16,7%, chegando, em 2000, a 24,1%.

O caso chinês merece destaque não apenas pela sua participação na economia mundial ter aumentado de maneira muito mais acentuada que os outros países, mas também devido a autenticidade da estratégia empreendida (PETERS, 2018). O Banco de Desenvolvimento Chinês (CDB), assim como o Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank) surgiram com vistas a incentivar a industrialização interna e a exportação de manufaturas, e, desde o lançamento do décimo quinto plano quinquenal "Going Global" são mais atuantes no exterior que dentro do próprio país.

Ao olharmos a participação chinesa no comércio mundial, observamos uma veloz ascensão nas últimas quatro décadas - se em 1980 a China era responsável apenas por 1% do comércio global, em 1990 o valor dobra, chegando aos 2%. Em 2000, a China chega aos 4% do volume de comércio total, ultrapassando os Estados Unidos em 2009 e tornando-se o país com maior volume comercial, sendo responsável por 10% das transações entre países, como podemos vislumbrar no gráfico abaixo.



A grande fatia do comércio mundial conquistada pela China propiciou grandes reservas internacionais, vitais na estratégia do país de desenvolvimento para fora (CUI; GARCÍA, 2016). É com este capital

que o país tem buscado a África e a América Latina para ofertar o financiamento de projetos com condições mais atrativas que os bancos de desenvolvimento tradicionais, tais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Se entre 2001 e 2010 houve intensa relação comercial entre os dois países, é a partir de 2010 que o Brasil começa a receber intensos fluxos de IED chineses. Destaca-se que os investimentos destinam-se a suprir necessidades chinesas em *commodities* - 90% dos IED realizados pelo país asiático destinam-se à atividades de extração de matérias primas.

Os investimentos chineses no Brasil podem ser separados em três fases distintas (JAKOSKI, 2021). A primeira onda de investimentos na região iniciou em 2010, com a entrada de treze bilhões de dólares no Brasil para a extração de petróleo bruto - neste ano há a compra chinesa de 40% da Repsol, empresa do ramo energético.

A partir de 2013 há o segundo movimento de investimentos chineses no Brasil, no qual privilegia-se a entrada de empresas financeiras no país. Data deste ano a entrada no Brasil do Banco de Desenvolvimento Chinês. Embora não tenha sido um investimento de grande vulto se comparado a primeira onda de entrada de capital chinês - 1,1 bilhões de dólares entre os anos de 2013 e 2014 -, foi o suficiente para que propiciasse futuras transações de maior peso, devido a instalação de sucursais financeiras do país asiático no Brasil.

A terceira onda de investimento inicia-se em 2015 e é localizada no setor da infra-estrutura física, outra área historicamente deficitária do país sul-americano. No período de 2015-2016, foram 20 bilhões de dólares injetados no Brasil para projetos de logística.

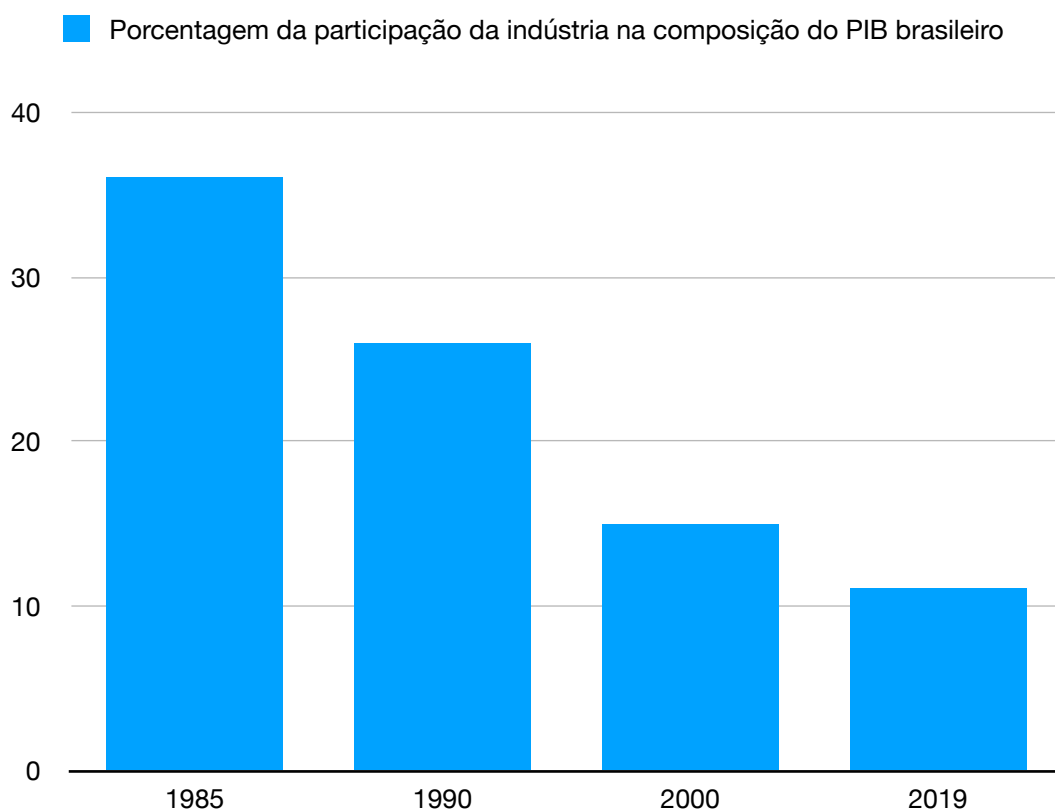
Se observamos por um lado a crescente interação econômica sino-brasileira a partir de 1999 e os crescentes investimentos chineses no país latino a partir de 2010, também é possível notar que a estrutura produtiva brasileira vem apresentando importantes mudanças dentro deste período histórico. Ao considerarmos a composição do PIB brasileiro nas últimas décadas, vemos que gradativamente a indústria de transformação vem perdendo espaço.

O Brasil, industrializando-se rapidamente no século XX, tornou-se o país com o maior parque industrial do hemisfério sul ainda na década de 1970, tendo a maior parte de sua pauta exportadora composta de produtos manufaturados até o início do século XXI (MARSON, 2012). Não obstante, de maneira rápida, vem sofrendo o processo inverso, no qual a indústria encolhe e o país torna a sua condição histórica de fornecedor de matérias primas aos centros industrializados do planeta.

O fenômeno da desindustrialização é preocupante pela situação de vulnerabilidade e dependência que o país exportador de *commodities* sofre ao depender da demanda de bens primários, que possuem um preço muito volátil, no mercado internacional.

Além do mais, uma pauta exportadora baseada em matérias primas faz com que haja uma concentração de produção em um pequeno número de bens, o que concorre à limitação do desenvolvimento do país. Ao analisarmos a participação da indústria de transformação na composição do PIB brasileiro, deparamo-nos com o cenário que segue:

Em 1985 a indústria era responsável por 36% do produto interno brasileiro, tendo este percentual decrescido em 1990, quando o índice chega a 26% - queda de um quarto da produção industrial em

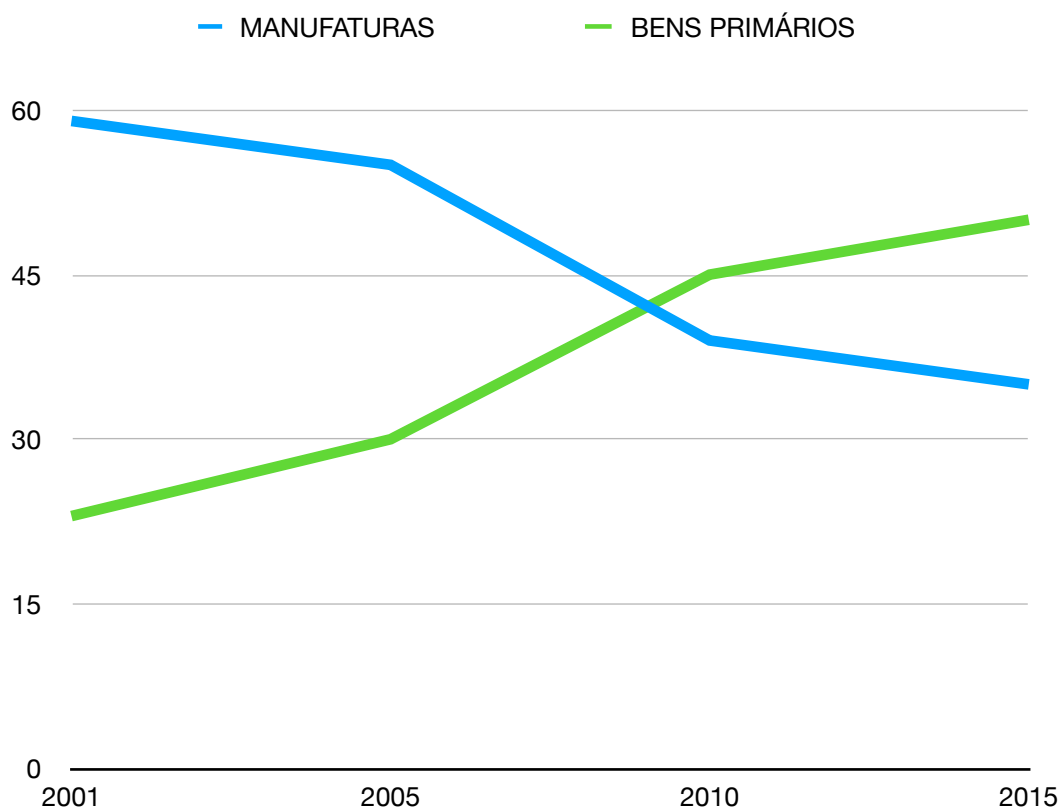


cinco anos. Em 2000, a tendência de desindustrialização seguiu, e a indústria foi responsável por apenas 15% da riqueza produzida em território nacional. Em 2019, houve o menor número da série histórica - a indústria, neste ano, respondeu por apenas 11% do PIB.

Junto à queda da participação da indústria no PIB brasileiro, ocorre uma paulatina mudança na composição da pauta de exportação brasileira - no início do século, as manufaturas dominavam as exportações do país e os bens primários eram responsáveis por menos de um quarto dos produtos enviados ao exterior. A situação, entretanto, inverteu-se rapidamente, com uma acentuada queda das manufaturas e uma abrupta ascensão das *commodities*, até que em 2015 os bens primários passaram a ter o domínio na pauta exportadora e as manufaturas deixaram de ser o bem mais exportado.

A mudança da estrutura produtiva nacional, pois, foi acompanhada por uma mudança na pauta de exportação. A indústria perdeu importância dentro do país na mesma medida em que os bens industriais deixaram de ser exportados aos parceiros comerciais do Brasil. Maddison (2001) assevera a importância do comércio internacional na estrutura produtiva interna dos países - com o aprofundamento do processo de globalização a partir de 1973, há cada vez maior ênfase na absorção externa dos bens e serviços nacionais, fazendo com que a demanda estrangeira determine o processo de produção nacional. No gráfico mais abaixo vemos a mudança de composição das exportações brasileiras ao longo do século XXI.

Enquanto os bens primários aumentaram em importância ao longo dos anos, os bens manufaturados decaíram. Em 2001, 59% das exportações brasileiras eram manufaturas. Este número foi decrescendo, tendo forte queda a partir de 2005 até atingir a menor marca histórica em 2015, chegando a 35% das exportações. Os bens primários tiveram trajetória oposta, com aumento nas duas últimas décadas, iniciando a série histórica com apenas 23% de participação nas exportações até que, em 2015, alcançou a marca de 50% das exportações totais brasileiras.



AS RELAÇÕES ECONÔMICAS SINO-BRASILEIRAS NO PERÍODO 2001-2019: UMA ABORDAGEM QUANTITATIVA

O Brasil segue a tendência global de aumento na abertura do comércio com o mundo. A liberalização econômica, iniciada no governo de Fernando Collor de Mello em 1990 é um processo que ainda desdobra-se. Em 2001 o Brasil exportou o equivalente a 55 bilhões de dólares, e no ano de 2019 as exportações brasileiras somaram 221 bilhões de dólares. Embora haja um claro viés brasileiro em direção a uma maior abertura comercial nos últimos trinta anos, o fluxo de exportações a muitos países historicamente parceiros tem decrescido substancialmente desde então. Caso exemplar desta desaceleração comercial é o Brasil junto aos demais países que compõem MERCOSUL.

O bloco tinha como objetivo fomentar o comércio entre os países membros almejando a promoção do desenvolvimento econômico regional. Entretanto, conforme salientam Altemani e Lessa (2012), o estado atual do MERCOSUL é de crise após o relativo otimismo que desenhava-se até o fim da década de 1990. Com efeito, ao analisar o percentual de exportações brasileiras destinadas aos países do bloco, vemos que houve uma forte queda ao longo do século XXI, que justifica em parte o recente ceticismo quanto ao sucesso do plano de integração econômica sul-americano.

No decênio 1991-2001 houve um incremento de 50% das atividades econômicas intra-bloco, o que explicava o otimismo, mas, a partir de 2001, o nível de atividade econômica entre os membros começou a desacelerar rapidamente.

O Brasil, em 2001, destinava 14% de suas exportações aos países que compunham o MERCOSUL, e, em 2019 este percentual caiu pela metade - apenas 7% das exportações eram entre os membros do bloco. Em números absolutos ainda há um incremento no total exportado, mas comparado com o

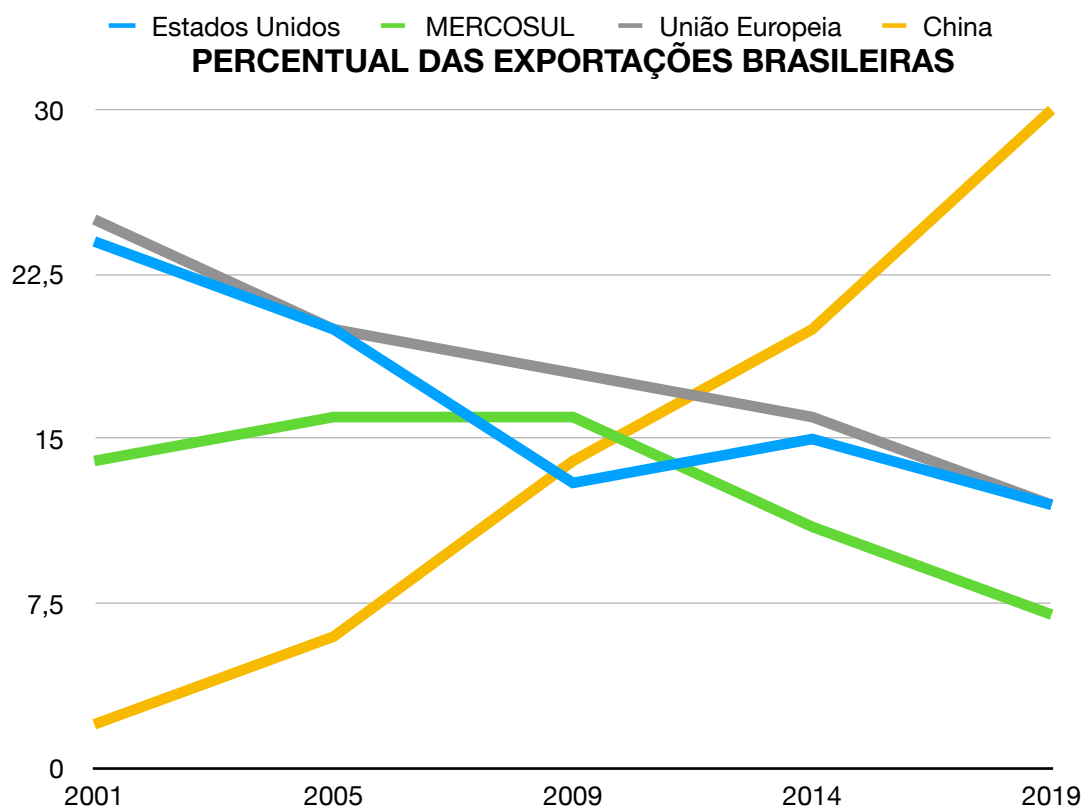
crescimento de exportações que o Brasil teve com o resto do mundo o resultado apresenta-se muito aquém do potencial de mercado.

As exportações brasileiras à União Europeia também mostram-se em desaceleração no século XXI - em 2001, as exportações brasileiras aos países membros do bloco europeu somavam 25% do total, decaindo, em 2019, para apenas 12%. Há, neste caso, uma redução de 52% das exportações relativas.

Outro caso que merece a atenção é da mudança do fluxo comercial entre o Brasil e a maior economia do mundo ocidental. Entre 1930 e 2009 o país latino teve os Estados Unidos como principal parceiro comercial. As quase oito décadas de hegemonia norte-americana foram quebradas com a China, que, em 2009, passou a receber 14% das exportações brasileiras, enquanto apenas 10% tinham como destino os Estados Unidos.

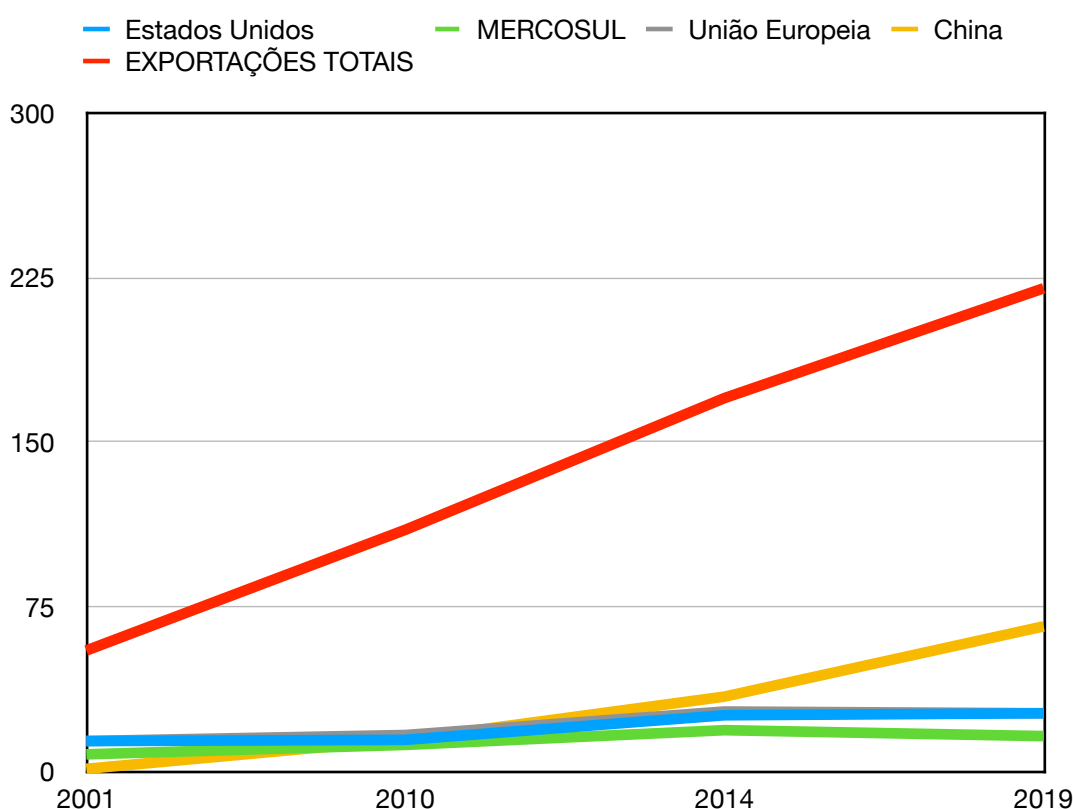
A queda no percentual das exportações relativas para a maior parte dos tradicionais parceiros de comércio brasileiro é diametralmente oposta ao cenário que observamos ao analisar os dados de comércio entre Brasil e China. Os laços econômicos entre as duas nações foram historicamente fracos, sobretudo pela grande distância geográfica que separa os dois países. O forte crescimento chinês durante o final do século XX, contudo, exigiu rápida urbanização e industrialização do país, que passou a demandar altas quantidades de *commodities* para viabilizar a sua expansão.

Em 2001, apenas 2% das exportações brasileiras tinham a China como destino. Em 2009, quando a China tornou-se o maior parceiro comercial brasileiro, o índice já era de 14%, alcançando, em 2019, a notável marca de 30% do total das exportações totais do Brasil. No gráfico abaixo vemos o percentual das exportações destinados ao conjunto de países analisados.



Notamos que enquanto as exportações relativas decaíram pela metade em todos os países tradicionalmente parceiros do Brasil, houve uma abrupta ascensão comercial sino-brasileira no período abordado. Devemos ter em mente que embora o percentual das exportações brasileiras que têm como destino o MERCOSUL, a União Europeia e os Estados Unidos tenha caído pela metade, as exportações totais brasileiras cresceram em 300% no mesmo período, significando que, em termos absolutos, houve algum incremento no comércio entre estes países, embora não na mesma proporção da abertura comercial empreendida pelo Brasil.

O gráfico abaixo ilustra o grau de abertura total do Brasil com o resto do mundo na linha vermelha “Exportações totais”. Vemos que enquanto o comércio permaneceu praticamente estacionário com os principais países que o Brasil historicamente relaciona-se, a China inicia a série histórica abaixo destes países, mas supera-os e tem expressiva ascensão a partir da década de 2010.



O Brasil teve um aumento nas trocas comerciais com a China muito acima do ritmo de sua da abertura comercial média com o resto do mundo, revelando um deslocamento do centro de interesse brasileiro em direção ao continente asiático, além de uma subordinação da pauta exportadora brasileira às necessidades do país oriental.

Quando observamos a composição das exportações brasileiras no século XXI, também deparamo-nos com importantes mudanças ocorridas no decorrer deste período, as quais acompanham o fenômeno da desindustrialização nacional e a transição do centro de interesse comercial do país.

O primeiro padrão a ser notado é que a gradativa perda de participação da indústria ocorre junto ao afastamento do Brasil no comércio com os demais países sul-americanos, sobretudo os que compõem o MERCOSUL. Com efeito, Bevilaqua (2001) frisa o fato de que 87% das exportações brasileiras

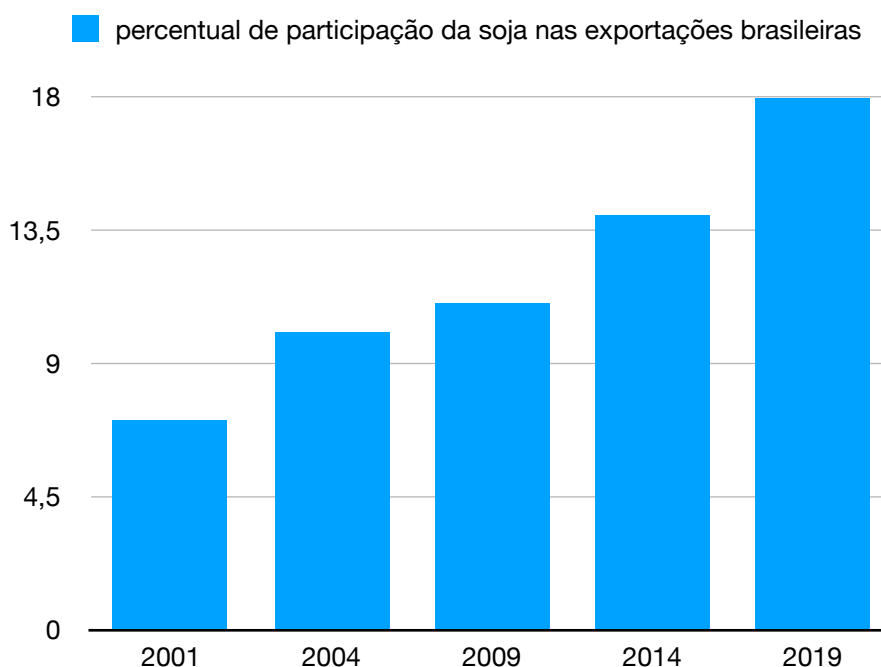
destinadas aos países integrantes do bloco são bens industriais. Morais (2006), de igual maneira, alega que os países especializam-se naquilo que podem produzir em escala, comercializando com quem disponha de bens que não são produzidos nacionalmente.

Sendo o país mais industrializado da América do Sul, competia ao Brasil fornecer bens industrializados aos vizinhos sul-americanos, enquanto intensificava sua integração econômica na região comprando produtos agrícolas. Com a desindustrialização brasileira e uma reprimarização da pauta exportadora, passou a ser mais efetivo ao país buscar parcerias comerciais que fornecessem bens de média e alta complexidade industrial, sendo de pouco ganho ao caso brasileiro empreender numa maior troca econômica com seu entorno, devido ao fato de que a produção nacional passou a assemelhar-se a dos outros países sul-americanos.

Os dois itens mais exportados pelo Brasil em 2001 ao MERCOSUL e ao resto do mundo eram manufaturas - em primeiro lugar, "materiais de transporte e componentes", responsáveis por 18% de todas as exportações. Em segundo lugar estavam os "produtos metalúrgicos", que respondiam por 10% das exportações nacionais. As duas manufaturas, quinze anos depois, diminuíram drasticamente seu peso na pauta exportadora - o item brasileiro mais exportado em 2001, "materiais de transporte e componentes", caiu pela metade na participação nas exportações de 2016, chegando a apenas 9% do total exportado, não figurando sequer entre os cinco bens mais exportados. O segundo item com maior exportação em 2001, referente aos "produtos metalúrgicos" decaiu de 10% das exportações para apenas 6%, não estando presente nem entre os dez itens mais exportados.

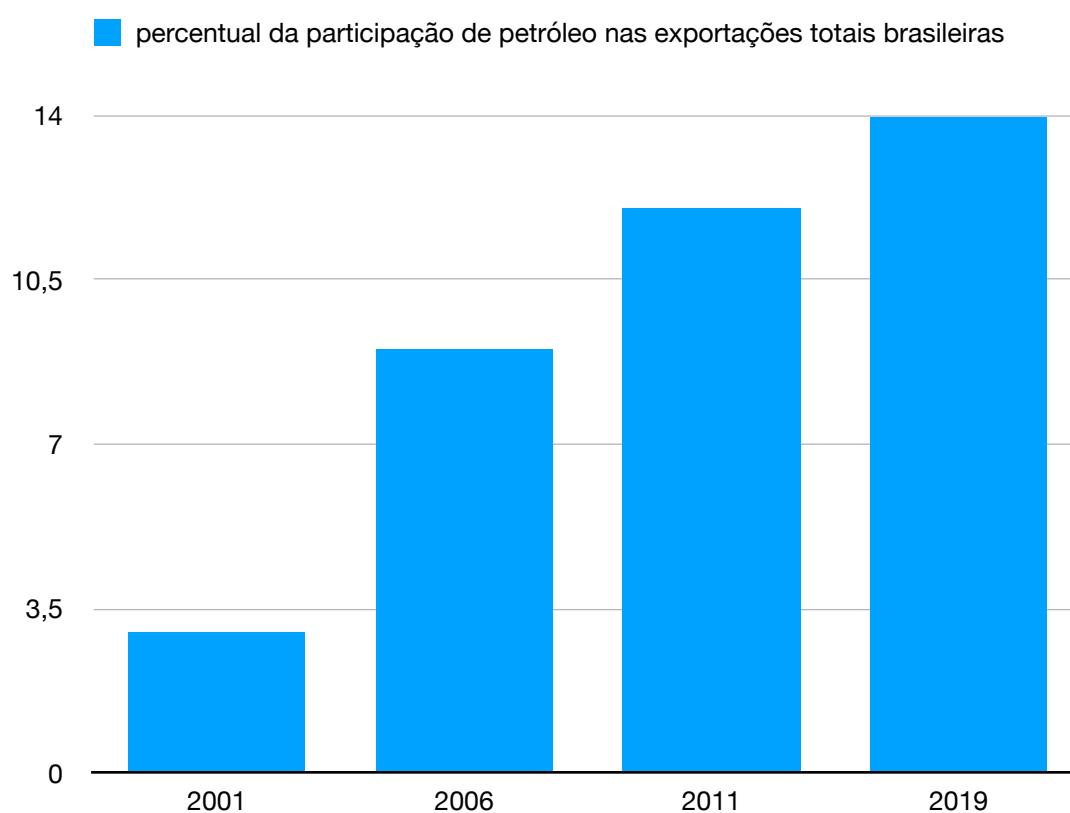
As *commodities*, entretanto, seguem tendência inversa aos bens manufaturados nas exportações brasileiras, apresentando constante aumento ao longo do século XXI. Para melhor compreendermos a dominância dos produtos primários nas exportações brasileiras, analisamos os três itens mais comercializados pelo Brasil em 2019, observando o percentual na participação total exportada naquele ano, e o quanto este bem evoluiu na pauta exportadora ao longo das duas últimas décadas. Por último, observaremos quem mais demanda estas *commodities* no mercado internacional.

O bem mais exportado pelo Brasil em 2019 foi a soja, responsável por 18% das exportações totais. A *commodity* tinha tímida participação no total exportado pelo país no início do século - apenas 6%. Este percentual, contudo, subiu rapidamente, chegando aos 10% em 2004 e 14% em 2014, até alcançar o maior valor da série no último ano de análise do trabalho.

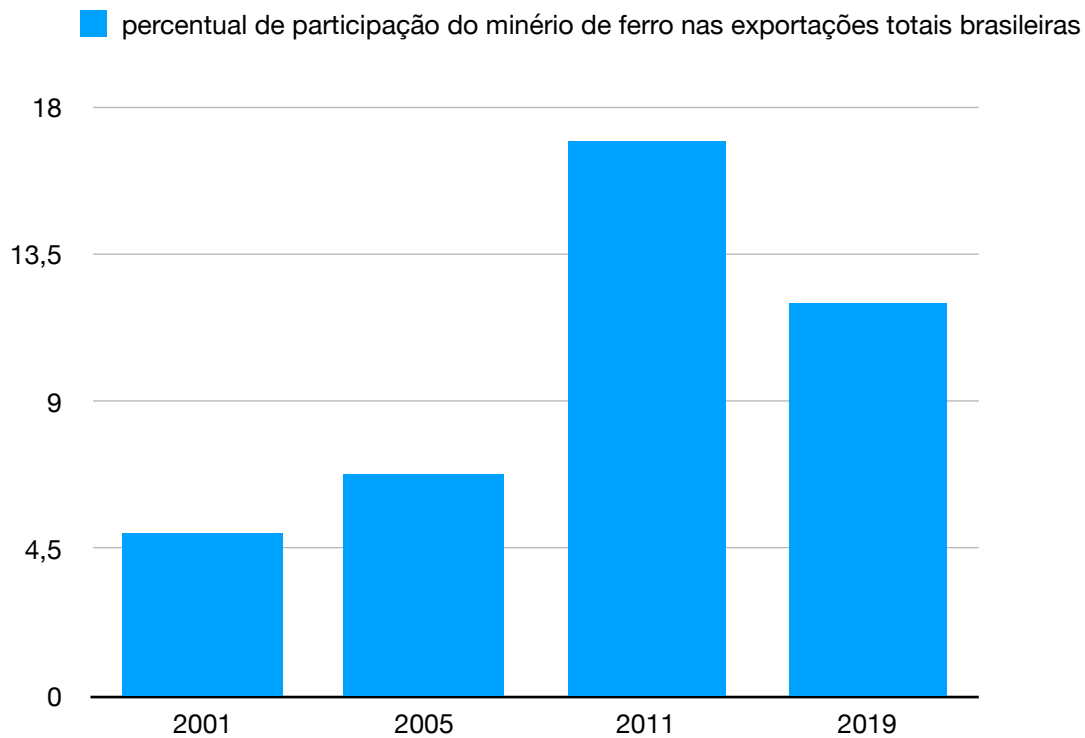


A China é a maior compradora de soja do Brasil, sendo destino de 78% de toda produção. O cereal é usado, sobretudo, como ração animal. O segundo maior destino da soja brasileira é a Espanha, que compra apenas 2% da produção nacional, mostrando, assim, a assimetria comercial da China quando comparada aos outros países que comercializam com o Brasil.

O segundo item mais exportado pelo Brasil em 2019 foi o petróleo bruto. Tal como a soja, o petróleo tinha pequena contribuição na pauta exportadora brasileira no início do século XXI - apenas 3%, em 2001. Esta *commodity* começa a ter uma abrupta ascensão a partir de 2006, quando o pré-sal é descoberto. Em 2010, o petróleo bruto já respondia por 12% das exportações brasileiras, chegando ao nível máximo da série histórica em 2019, quando tornou-se responsável por 14% de todas exportações. Isto representa um aumento de quase 400% ao longo dos 18 anos assinalados. A China é a maior compradora do produto, demandando 65% do total exportado em 2019. O petróleo é um insumo fundamental para a expansão industrial e urbana, fenômeno que marca o país asiático na contemporaneidade.



O terceiro item mais exportado pelo Brasil em 2019 foi o minério de ferro, que, tal como a soja e o petróleo, apresentava pequena parcela nas exportações em 2001 - apenas 5% -, crescendo rapidamente na sua participação. Em 2005, esta *commodity* já respondia por 6,8% das exportações, aumentando para 9,4% em 2009 e alcançando a máxima da série em 2011, com 17% das exportações totais. Este percentual regrediu paulatinamente nos anos posteriores, mas ainda permanecendo com forte influência nas exportações brasileiras, alcançando 12% do total exportado no ano de 2019. A China também é a maior compradora deste bem, representando 55% da demanda total de minério de ferro brasileiro. Este mineral é importante para a construção civil chinesa, aquecida pelo acelerado movimento de urbanização empreendido pelo país nas últimas décadas.



Os outros dois itens mais exportados pelo Brasil são a celulose e o frango, também *commodities*, e com a China como principal destino de exportação. Como podemos ver, houve uma forte procura por bens primários na economia brasileira devido à expansão chinesa nas últimas décadas. O Brasil, ao aproximar-se da China, especializou-se na extração de bens primários de baixo valor agregado e preteriu os bens industrializados, intensificando o cenário de desindustrialização que ocorre desde o fim do Estado Desenvolvimentista, ainda na década de 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura produtiva e a pauta exportadora brasileira sofreram profundas transformações ao longo dos dezoito anos abordados no trabalho. Este processo foi acompanhado por uma mudança do centro de interesse comercial do Brasil em direção à China, enquanto a aliança com os países sul-americanos foi posta em segundo plano, bem como parcerias comerciais históricas, tais como os Estados Unidos e a União Europeia.

As relações econômicas sino-brasileiras são caracterizadas pela alta demanda chinesa por matérias primas de baixo valor agregado, como o petróleo bruto e a soja não triturada. A demanda por bens primários vem da necessidade do país asiático expandir sua rede de infra-estrutura em razão do alto crescimento chinês. Uma pauta exportadora composta majoritariamente de *commodities* enseja um crescimento instável ao país exportador, além de um laço de dependência com quem as demanda.

O crescimento instável advém das grandes oscilações de preço que os bens primários enfrentam no mercado internacional, e os laços de dependência advém da tendência em que os países exportadores sofrem de concentrar a produção nacional em um número limitado de bens, que passam a responder pela maior parte do comércio exterior. Com efeito, ao analisarmos o grupo dos cinco produtos mais exportados à China, verificamos que todos são *commodities*, e que representam 70% do total das exportações brasileiras ao país, enquanto os cinco produtos chineses mais exportados ao Brasil são

todas manufaturas, e somam apenas 23% das exportações totais, mostrando, assim, a assimetria nas relações de troca.

O laço de dependência brasileiro é sugerido, também, pela reprimarização da pauta de exportação brasileira ser acompanhada pela monopolização do comércio externo brasileiro pela China - os três itens mais exportados pelo Brasil em 2019 têm a China como principal destino, e o país oriental é o comprador de mais da metade destes bens exportados. Os IED's chineses no Brasil também revelam a natureza da relação sino-brasileira - 90% dos investimentos chineses referem-se a atividades extrativistas e serviços financeiros.

Este padrão de IED chinês é também verificado em países emergentes, sobretudo na África e América Latina. A China trata o investimento no terceiro mundo como uma relação de mútua cooperação entre atores historicamente marginais no sistema internacional, embora uma visão crítica acerca dos interesses chineses no continente latino-americano possa sugerir um laço de dependência político-econômico da região similar àquele experimentado historicamente aos países industrializados no século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOZA, A., & Guimaraes D. Economic Relations between Brazil and China in the Mining/Steel Sectors. Cuadernos de Trabajo del Cechimex, 3, 1-40. 2010

BARRAGAN, Juan; CASTILLO, Andre. China and Latin America: Strategic Partners or Competitors ?. Universidad EAN, v. 82. 2017. Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/ean/n82/0120-8160-ean-82-00073.pdf> - Acesso em 04 out. 2021

GEREFFI, G.; LEE, J. Why the world suddenly cares about global supply chains? Journal of Supply Chain Management, v. 48, n. 3. p. 24-32, 2012

CHEIBUB, José Antonio e PRZEWORSKI, Adam. (1999), “Democracy, Elections, and Accountability for Economic Outcomes”, in A. Przeworski; S. C. Stokes e B. Manin (orgs.), Democracy, Accountability, and Representation. New York, Cambridge University Press, pp. 222-250.

COOPER, J. The Beijing Consensus. London, UK: The Foreign Policy Centre. 2004. Disponível em <http://fpc.org.uk/fsblob/244.pdf> Acessado em 12 de out. de 2021

CORDEIRO, M., SANTILLAN, G., & Valenzuela, J. Las relaciones China y América Latina en 2015. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe, 11, 52-74. 2015 Disponível em <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2016/02/04-Cordeiro.pdf> - Acesso em 6 de out. de 2021

CORREA, Diego. (2015), Economia, Ideologia e Eleições na América Latina. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, no 2, 2015, pp. 401 a 425.

COUTINHO, M. 2006. Democracias andinas : chegando tarde à festa. Artigo apresentado no V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), realizado em Belo Horizonte de 26 a 29 de julho.

DOWNS, A. Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Edup. 1999. FROYEN, Richard. Macroeconomia. Editora Saraiva. 2018.

DUSSEL PETERS, Enrique. 2018/b. “Chinese Infrastructure Projects in Mexico: General Context and Two Case Studies”. In, Dussel Peters, Enrique, Ariel C. Armony and Shoujun Cui (coord.). Building Development for a New Era. China’s Infrastructure Projects in Latin America and the Caribbean. México: University of Pittsburgh and unam/cechimex, pp. 58-76.

ECHEGARAY, Fabián. (2005), Economic Crises and Electoral Responses in Latin America. Lanham, University Press of America.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAO, H., & Yu, Y. Internationalization of the renminbi. BIS Papers, 61, 105-124. 2011. Disponível em www.bis.org/publ/bppdf/bispap61i.pdf - Acesso em 20 out. de 2021

GALLAGHER, K., & Porzecanski, R. The Dragon in the Room. China and the Future of Latin American Industrialization. Stanford: Stanford University Press. 2010

HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Tradução M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JAKOSKI, Marcel. A Inserção Chinesa na Economia Brasileira e a Reestruturação Produtiva Nacional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Economia Política, 2021 Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/226023/001130286.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page52> - Acesso em 12 out. 2021

MADDISON, A. *The World Economy: a millennial perspective*. Paris: OCDE, 2001

MARANGOS, J. “The evolution of the term ‘Washington Consensus’”. *Journal of Economic Surveys*, vol. 23, no 2, p. 350-384, 2009.

MARSON, Michel D. Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1960. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MORAIS, A. G. et al. Trade creation and trade diversion in mercosur and nafta. XXXIV Encontro Nacional de Economía ANPEC, Citeseer, p. 5–8, 2006.

MORENO, Erika; CRISP, Brian e SHUGART, Matthew S. (2003), “The Accountability Deficit in Latin America”, in S. Mainwaring e C. Welna (orgs.), *Democratic Accountability in Latin America*. Oxford, UK, Oxford University Press, pp. 79-131.

NONNENBERG, M.; LEVY, P.; NEGRI, F.; COSTA, K. “O Crescimento Econômico e a competitividade chinesa” Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Abril 2009

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 34, p. 61-88, 2008.

OLIVEIRA, S. E. M. C. Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: uma análise comparada das estratégias de inserção de Brasil e Canadá. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais, Brasília, 2016

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 34, p. 61-88, 2008.

REINHART, Carmen. 2005. “Some Perspectives on Capital Flows to Emerging Market Economies.” National Bureau of Economic Research.

SARTI, F; HIRATUKA, C. Indústria mundial: mudanças e tendências recentes. *Textos para discussão*, Campinas, n. 186, dez. 2010.

SINGER, Matthew M. (2013), “Economic Voting in an Era of Non-Crisis: The Changing Electoral Agenda in Latin America, 1982-2010”. *Comparative Politics*, vol. 45, no 2, pp. 169-185.

VIEIRA, Soraia; CAVALCANTE, Pedro; OLIVEIRA, Augusto. 2017 "Democracia y economía: determinantes políticos del desempeño económico en América Latina."

WIESEHOMER, Nina e BENOIT, Kenneth. (2009), “Presidents, Parties, and Policy Competition”. *The Journal of Politics*, vol. 71, no 4, pp. 1435-1447.